Divisão dos Serviços de Fiscalização dos Produtos Agrícolas

Decreto n.º 9:150

Determinando o artigo 3.º do decreto n.º 9:060, de 16 de Agosto último, que a verificação da capacidade de laboração das fábricas de moagem que pretendem ser consideradas com direito ao rateio do trigo nacional manifestado e do exótico a importar seja efectuado por uma comissão inspectora; e

Convindo regular as condições de serviço desempenhado por essa comissão;

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem, sob proposta do Ministro da Agricultura, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Os fabricantes de farinha que pretendam, para efeitos do artigo 3.º e § 2.º do artigo 4.º do decreto n.º 9:060, de 16 de Agosto último, que as suas fábricas sejam consideradas com direito ao rateio do trigo nacional manifestado e do exótico a importar, deverão requerer nesse sentido à Direcção Geral do Comércio Agrícola desde 15 de Janeiro até 31 de Maio de cada ano.

Art. 2.º Nenhuma fábrica será inscrita sem despacho do Ministro da Agricultura e prévia inspecção, na qual serão observados os preceitos estabelecidos nas instruções mandadas adoptar pela portaria n.º 3:343, de 12 de Outubro de 1922.

§ 1.º A inspecção será efectuada pela comissão inspectora a que se refere o artigo 3.º do citado decreto n.º 9:060, devendo os fabricantes pagar pelo serviço por ela desempenhado a importância de 1.000\$ por cada fábrica a inscrever, com a qual entrarão nas tesourarias dos armazéns gerais agrícolas respectivos, na ocasião de requerer a inscrição.

§ 2.º Perdem o direito à inscrição as fábricas que, quando visitadas pela referida comissão inspectora, não se encontrem em condições de plena laboração.

Art. 3.º Da importância indicada no § 1.º do artigo anterior reverterão 75 por cento a favor do fundo do fomento agrícola e 25 por cento para os vogais da comissão inspectora.

O Ministro da Agricultura assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 25 de Setembro de 1923. — ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — *Joaquim António de Melo Castro Ribeiro.*